

O samurai que traz desonra: a memória em disputa dos crimes de guerra do Japão imperial na Segunda Guerra

The Samurai Who Brings Dishonor: the contested memory of war crimes in Imperial Japan in the Second World War

Pedro Paulo Machado

Graduado em Licenciatura em História pela UFPI - CSHNB.

Jonathan da Silva Barros

Graduando em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus CSHNB.

Mairton Celestino da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Possui pós-doutoramento na Universidade de Lisboa. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Piauí.

Resumo: O presente artigo busca analisar o revisionismo histórico japonês e a construção da memória relacionada à Segunda Guerra Mundial sob o *front* Oriental, elucidando como determinadas narrativas foram institucionalizadas pelo estado japonês enquanto outras permanecem na esfera do indizível. Utilizando como fundamentação teórica autores como Eric Hobsbawm, Maurice Halbwachs e Michael Pollak, argumentando a construção da memória coletiva japonesa no pós-guerra, observando a coexistência entre os discursos de honra e a consolidação da memória nacional, tratando o papel do nacionalismo, do Estado e da historiografia na reorganização da memória histórica japonesa, e como os mecanismos de silenciamento e enquadramento da memória influenciam a construção da identidade nacional. Por fim, destacamos como disputas permanecem presentes nas representações culturais japonesas, entre mangás e animes.

Palavras-chave: Memória, Imperialismo japonês, Identidade social.

Abstract: This article aims to analyze Japanese historical revisionism and the construction of memory related to the Second World War on the Eastern Front, elucidating how certain narratives were institutionalized by the Japanese state while others remained within the sphere of the unspeakable. Drawing on the theoretical contributions of authors such as Eric Hobsbawm, Maurice Halbwachs, and Michael Pollak, the article discusses the construction of Japanese collective memory in the postwar period, observing the coexistence between discourses of honor and the consolidation of national memory. It also examines the role of nationalism, the State, and historiography in the reorganization of Japanese historical memory, as well as how mechanisms of silencing and memory framing influence the construction of national identity. Finally, the article highlights how these disputes remain present in contemporary Japanese cultural representations.

Keywords: Memory, Japanese Imperialism, Social Identity.

Introdução

Ao estudarmos a Segunda Guerra Mundial, muitas vezes acabamos nos debruçando sobre uma perspectiva restrita à visão europeia do conflito, deixando em segundo plano o cenário oriental da guerra. É possível perceber, inclusive, um certo desdém em relação aos acontecimentos ocorridos na Ásia durante os debates posteriores sobre o tema. A historiografia, por sua vez, esteve debruçada a discussão nos impactos que o totalitarismo e o fascismo causaram na Europa e no restante do mundo, movendo para o segundo plano a dimensão das violências e dos sofrimentos que assolaram todo o continente asiático durante o conflito.

De maneira geral, é possível correlacionar que o revisionismo histórico promovido por setores nacionalistas japoneses contribui para a permanência de tensões diplomáticas no Leste Asiático, especialmente porque diferentes países constroem memórias conflitantes sobre a guerra e o imperialismo japonês, como o massacre de Nanquim, memória de violência japonesa apagada pelos processos de enquadramento da memória.

O imperialismo japonês

O imperialismo japonês entre o século XIX e XX, constituiu um dos processos mais violentos do eixo oriental, sobretudo no século XX, com o expansionismo a base no militarismo, elevado à status de supremação ao fim da Revolução Meiji em 1912, principalmente ao escopo do poder regional. Eric Uramoto e Eduardo B. Mariutti (2018)¹, já estabelecem que tais reformas fizeram com que “o projeto de desenvolvimento da nação inspirasse um novo tipo de patriotismo nas massas da população japonesa. Assim, os políticos fizeram o Império do Japão um símbolo de unidade e identidade do povo japonês”, as intervenções, as guerras e o bloco geopolítico “Grande Esfera de Co prosperidade Leste-Asiática”², ambas denotam os interesses imperialistas do Japão.

As intervenções expansionistas, talvez o fator mais debatido na historiografia do imperialismo japonês, é sobretudo a “articulação dos interesses imediatos japoneses, de mercado consumidor, matérias-primas, e expansão dos investimentos nas colônias”³, uma pequena faixa territorial cercada por arquipélagos, escassa de matéria-prima, na qual, segundo Laís Campos (2015)⁴ a expansão surge como uma solução ao Império, e através dela que concretizaria o “dever japonês”, de “salvar os países asiáticos da invasão espiritual e física do Ocidente, além de promover uma resistência regional ao avanço do imperialismo europeu e estadunidense”, fato elucidado no mapa português do Japão, de Miguel Le Bouteux 1748 (Mapa 1), na qual é nítido que em 1748 a presença portuguesa marcava o Japão com sua religião, costumes e suas peças para comércio. Observe que o mapa está dividido em províncias, marcando uma cruz de malta para os espaços ocupados pelos lusitanos no território japonês.

1. URAMOTO, Eric; MARIUTTI, Eduardo Barros. O imperialismo japonês nas primeiras décadas do século XX: suas especificidades políticas e econômicas. *Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP*, n. 26, 2018.

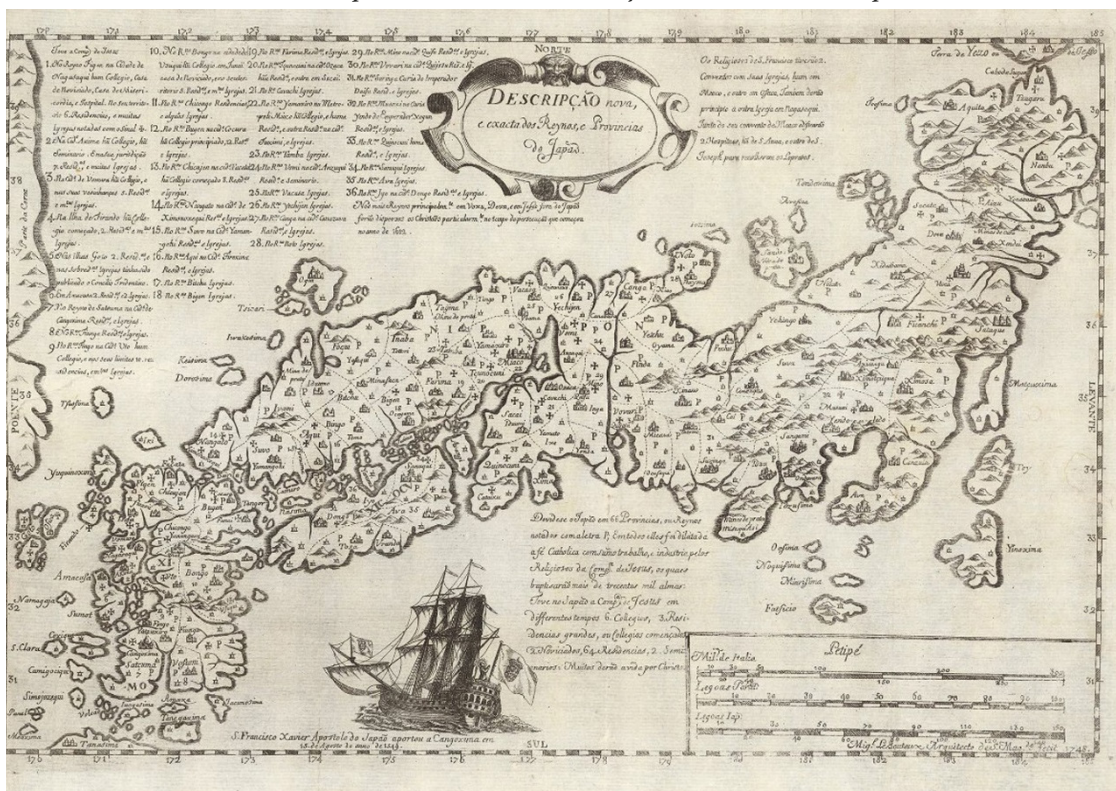
2. HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX*. Tradução por Marcos Santarrita; Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 45.

3. Idem, item 1.

4. REIS, Laís Campos. A hegemonia do “outro”, ocidente e imperialismo: a mudança de identidade japonesa na Era Meiji (1868-1912). Monografia (Graduação em Relações Internacionais), UniCEUB, Brasília, 2015. p. 51.

Mapa 1: Mapa português do Japão, de Miguel Le Bouteux, 1748.

Título: *Descripcao nova, e exacta dos Reynos, e Provincias do Japao.*⁵



Fonte: disponível em, David Rumsey Historical Map Collection <https://www.davidrumsey.com>

O mapa de Miguel Le Bouteux, estabelece um vestígio do século XVIII que demarca o Japão como um objeto de observação externa, por Portugal, demarcando o arquipélago como sua própria zona de influência. A disputa de espaço hegemônico no Leste-Asiático torna-se ainda mais evidente quando analisamos o segundo mapa, intitulado como mapa japonês da Segunda Guerra Mundial de 1942, a expansão territorial do Império japonês no século XX transforma o arquipélago em um império quase que continental, somente na Ásia⁶, em menos de dois séculos o Japão deixa de ser um território pontuado por influências estrangeiras e torna-se o centro da Grande Esfera de Co prosperidade Leste-Asiática, ainda no segundo mapa, a área de intervenção nipônica abrange, não somente o domínio imperial, mas, evidência os locais onde os crimes de guerra e as memórias em disputa se inserem.

5. Disponível em: David Rumsey Historical Map Collection <https://www.davidrumsey.com> Acesso em: 24/05/2025.

6. O mapa colorido, destaca pontos em vermelho que correlacionam com a zona de influência japonesa, e os locais em disputa da Segunda Guerra.

Mapa 2: Mapa japonês da Segunda Guerra Mundial, de 1942.⁷



Fonte: disponível em, <http://nla.gov.au/nla.obj-234704475>

As memórias como fatores sociais

O discurso mais marcante feito pelo Japão em um tom de desculpas veio pelo primeiro-ministro da época, Tomiichy Murayama, em 15 de agosto de 1995, em alusão aos 50 anos do fim do conflito⁸. Segundo Murayama (1995), o Japão, “por meio de seu domínio colonial e agressão, causou enormes danos e sofrimento aos povos de muitos países”, indo mais além, Murayama fala “Ao mesmo tempo, como o único país a ter experimentado a devastação do bombardeio atômico, o Japão, deve esforçar-se ativamente para promover o desarmamento global”.

No discurso de Tomiichi Murayama, a admissão das responsabilidades históricas do Japão pela guerra e pela dominação colonial é acompanhada pela evocação do trauma nuclear sofrido pelo país. Essa articulação evidencia uma característica recorrente da memória pública japonesa no pós-guerra: a coexistência entre a narrativa do arrependimento e a construção de uma identidade nacional marcada pela condição de vítima dos bombardeios atômicos, parte dessa memória construída após o Plano Marshall.

7. Disponível em: <http://nla.gov.au/nla.obj-234704475> Acesso em: 24/05/2025.

8. MURAYAMA, Tomiichi. *Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama “On the occasion of the 50th anniversary of the war’s end”*. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs of Japan, 15 ago. 1995.

Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs⁹, em sua obra “A Memória Coletiva”, a memória deve ser compreendida a partir de uma perspectiva social, uma vez que as lembranças individuais não são construídas de maneira isolada, mas formadas por meio das interações sociais e das estruturas coletivas nas quais os indivíduos estão inseridos. Nesse sentido, Halbwachs desenvolve o conceito de memória coletiva, defendendo que a memória individual depende dos referenciais sociais compartilhados para organizar, interpretar e ressignificar as experiências vividas.

Ademais, para Halbwachs (2004), a memória individual necessita da influência da memória coletiva para funcionar de maneira adequada, visto que os sujeitos recordam acontecimentos a partir de grupos sociais, tradições, valores e narrativas construídas coletivamente. Dessa forma, a lembrança do passado não constitui um processo neutro ou puramente individual, mas um campo permeado por disputas simbólicas e interesses sociais, nas quais a manipulação e o revisionismo buscam apagar memórias que possam degradar ou deslegitimar um povo ou nação.

A partir dessa concepção de memória coletiva, é possível compreender que a lembrança social da Segunda Guerra não é homogênea, mas resultado de disputas narrativas e políticas. A centralidade atribuída ao *front* europeu e aos crimes do nazismo contribuiu para a marginalização, no imaginário ocidental, das violências promovidas pelo expansionismo japonês na Ásia, como o Massacre de Nanjing e as agressões cometidas contra populações chinesas e coreanas durante a ocupação imperial japonesa.

Nesse contexto, percebe-se que determinadas memórias históricas foram amplamente difundidas e institucionalizadas, enquanto outras permaneceram parcialmente silenciadas ou relegadas a um espaço secundário nas narrativas ocidentais sobre a guerra. Assim, a memória coletiva revela-se não apenas como mecanismo de preservação do passado, mas também como espaço de disputa política, identitária e historiográfica.

Resulta disso que a memória individual, enquanto se opõe à memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento das lembranças? De modo algum. Porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (Halbwachs, 2006, p.22).

Dessa forma, grande parte das discussões acerca do sofrimento e dos crimes de guerra ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial recai majoritariamente sobre a experiência japonesa, sobretudo pelo fato de o Japão ter sido alvo das bombas atômicas. Entretanto, essa perspectiva frequentemente acaba relegando a segundo plano as violências sofridas pelos demais povos asiáticos durante o conflito. É justamente nesse contexto que emerge o revisionismo histórico japonês. A partir da concepção de memória coletiva desenvolvida por Maurice Halbwachs, esse revisionismo pode ser compreendido como uma tentativa de reorganizar socialmente a memória da Segunda Guerra Mundial, privilegiando narrativas de vitimização na-

9. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

cional e relativizando, em determinados contextos, as violências praticadas pelo imperialismo japonês no continente asiático.

Sob essa ótica, Hobsbawm (1995)¹⁰ elucida que a Era das Catástrofes, período de 1914 a 1945, desempenhou uma exagerada mudança, seja no âmbito social, político, militar e ideológico, determinando o avanço tecnológico da guerra contemporânea, com a maior mobilização civil da história e modificação das sociedades, sobretudo na memória forjada no pós-guerra. Nessa perspectiva, argumentamos que a política de reconstrução americana, o plano Marshall, concedida após a explosão das bombas atômicas, *Little Boy* e *Fat Man*, não só modificaram o espaço físico do Japão, mas possibilitaram a reconstrução da memória coletiva, envolto dos crimes de guerra japoneses.

Não obstante, Eric Hobsbawm¹¹, em seu trabalho *Nações e Nacionalismos desde 1870* destaca justamente o surgimento do sentimento de um estado nacional unificado e com o desejo de expansão, como parte de um projeto de agregar uma parte maior de território e demonstrar superioridade aos demais estados-nações, outrossim, para Hobsbawm “a história nunca é neutra”, no sentido de que toda narrativa histórica envolve escolhas feitas, do que foi, é, e será escolhido como narrativa oficial, nesta perspectiva, e sob a perspectiva de Eric Hobsbawm, o revisionismo histórico japonês pode ser compreendido como parte de um processo de reorganização narrativa do passado, no qual a memória nacional é instrumentalizada para fortalecer identidades coletivas e legitimar determinados projetos políticos no pós-guerra,

Uma pergunta importante ficou para ser respondida: de que maneira os sucessos do nacionalismo foram afetados pela disseminação dos sentimentos nacionalistas e de movimentos que ultrapassavam as regiões geográficas onde tinham surgido? Apesar de observadores europeus, nos anos 20, terem começado a levar a sério o nacionalismo no mundo dependente, isto é, na prática, na Ásia e em países islâmicos, talvez mais do que fazemos em retrospectiva, eles não encaravam isso de forma a precisar de uma modificação das análises europeias (Hobsbawm, 1990, p. 179).

Ainda assim, essa reorganização no Japão pós-guerra, e a sua mudança de sentido, parecem ter colaborado com a produção de interpretação que ausenta a culpa pelos fatos e crimes cometidos pela terra do sol nascente. Logo, essa interpretação passou a atuar como uma legitimação de poder, ao mesmo tempo que protege a imagem do estado, e fortalecendo ainda mais a sua construção de identidade nacional, contudo, isso não significa “falsificar tudo”, mas sim maximizar certos eventos enquanto se diminui outros, no mesmo passo em que é dado a continuidade nacional adequada,

Estados recém-emancipados que clamavam por uma homogeneidade nacional que não possuíam. Em outras palavras: protestavam contra o “nacional”, isto é, irreabilidade étnica, ou cultural, dos territórios nos quais a era imperial havia dividido o mundo dependente, apesar de, às vezes, protestarem contra a irreabilidade de ideologias ocidentalizadas elaboradas por elites modernizadas que herdaram o poder dos ex-dominadores. (Hobsbawm, 1990, p. 181).

10. HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX*. Tradução por Marcos Santarrita; Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

11. HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

De certa forma, existe um controle da própria memória coletiva que foi feito pelo governo japonês, cooperando para tal efeito, onde os mecanismos de poder serão os controladores dessas memórias, até mesmo a própria linguagem que é utilizada ao se referir ao evento pode vir a influenciar futuras discussões para o tema. Se baseando nestes pontos, e sob a perspectiva foucaultiana, o revisionismo histórico japonês pode ser compreendido como uma disputa discursiva em torno da produção da verdade histórica, na qual Estado, instituições educacionais e setores nacionalistas atuam na reorganização da memória coletiva e na legitimação de determinadas identidades nacionais, além disso, existe uma disputa pelo controle dessas narrativas até os dias de hoje.

Para Michael Pollak¹², o trabalho de enquadramento da memória, é associado a identidade social de indivíduo, uma memória organizada com trabalho de selecionar o que fica dentro e fora da memória, muitas vezes desempenhado pelo meio político com o intuito de solidificação social. Ao pensar na sociedade japonesa, o conceito abordado é um controle das informações que serão espalhadas aos populares, propagando informações subsidiadas que mantendo a mentalidade do *Bushido*¹³, os crimes de guerra, são visto como um meio para o fim, algo necessário para o Japão imperial e impassível de crítica.

Observando a fronteira entre o dizível e o indizível¹⁴, Pollak destaca que o silêncio é uma face da memória que resiste a imposição dos discursos oficiais, o *Bushido* foi por muito tempo o pilar ético da identidade social japonesa, para os militares japoneses presentes na Segunda Guerra Mundial, a visão alicerçava o sentimento de unidade, continuidade e coerência¹⁵ construída sobre a imagem de servir a todo custo como um guerreiro honrado. Ao apontarmos a visão militar, é inegável o abismo entre os crimes cometidos e a visão do código de honra, há uma lacuna ética em relegar atos como o massacre e o estupro de Nanquim.

Para o Estado japonês e aos militares envolvidos, admitir tais crimes não seria apenas uma confissão jurídica, mas a destruição da própria essência e honra do indivíduo perante sua sociedade, função desempenhada pelo Código do Guerreiro ou Caminho do Guerreiro, *bushido*. O indizível, obtém o papel de uma ferramenta para manter a comunicação do indivíduo com a sociedade na qual está inserido, e evitar o estigma da desonra, ou seja, admitir quaisquer erros de conduta, é por sua vez, deslegitimar a própria identidade social japonesa.

Para Mario Marcello Neto (2021)¹⁶, o enquadramento da memória estabelecido pelo Estado japonês acerca dos crimes de Guerra do Japão torna-se explícito ao buscar fontes oficiais, muitas vezes desconsiderados ou invalidados a partir da historiografia japonesa, fator crucial ao trabalho de enquadramento da memória e identidade nacional, atuando como uma legitimação de poder japonês perante o Pacífico,

12. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

13. Nitobe Inazo em "*Bushido, the Soul of Japan*", o caminho do guerreiro, um código de princípios moral em que guerreiros eram obrigados a seguir, não era um código escrito e sim uma mentalidade a ser seguida. No capítulo *Bushido* é um Sistema Ético, Inazo argumenta o *bushido* é algo imutável no Japão, na qual desde o feudalismo japonês, é seguido como uma referência ética de confiança no destino.

14. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 9, 1992.

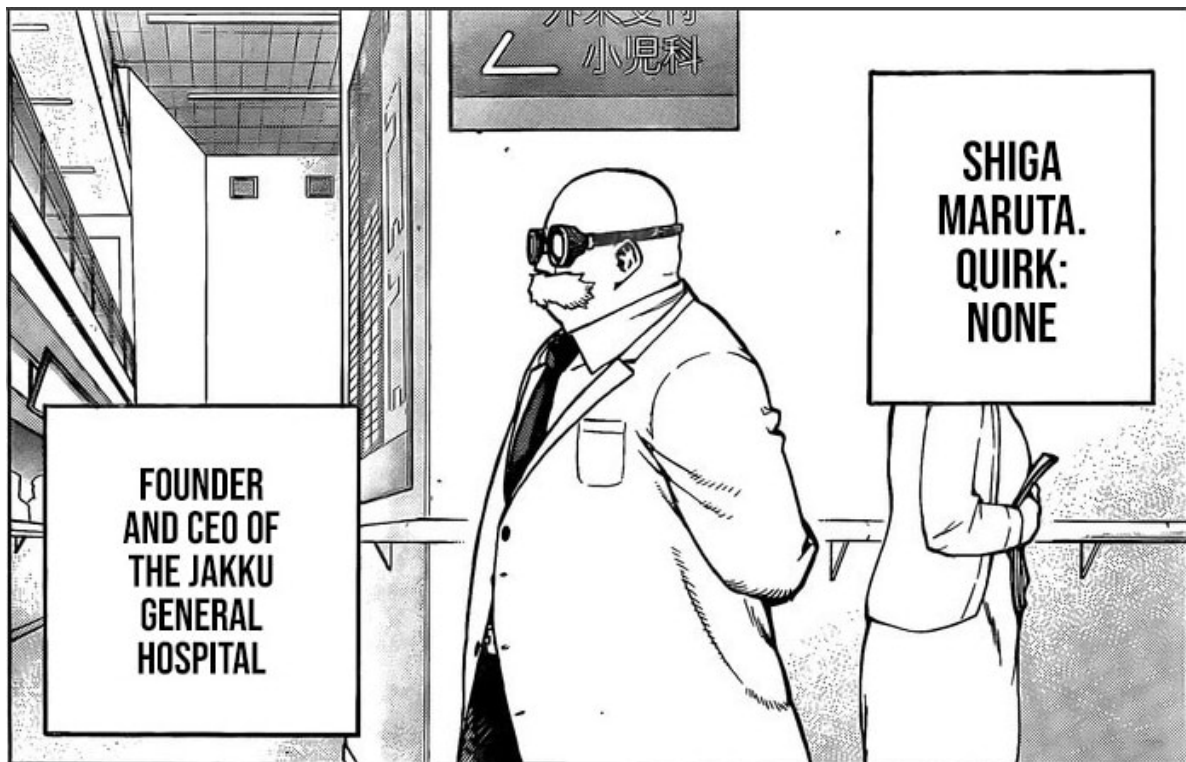
15. Idem.

16. MARCELLO NETO, Mario. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 87, p. 37-60, 2021.

Quando se trata de crimes em que os agentes causadores do dano fazem parte do Estado, as políticas de produção documental, acesso à informação e arquivamento são completamente esvaídas. Por isso pode-se dizer que uma pesquisa eticamente comprometida, em contextos como o referido acima, dificilmente consegue estabelecer certezas numéricas com relação às vítimas e aos danos. Um dos historiadores que mais se destacou, tanto no ambiente universitário quanto na esfera pública, é Ikuhiko Hata (1986). Um negacionista que iniciou sua trajetória de pesquisa com relação à exploração sexual de mulheres, por parte do Japão, a partir da invalidação de testemunhos que comprovavam a existência sistemática dos casos. (Marcello Neto, 2021, p. 42).

O silenciamento ou exaltação ao período imperial ganha repercussão atualmente no cultural, por exemplo, as representações culturais do Japão em mangás e animes contemporâneos, na qual, percebe-se que determinadas referências históricas ainda provocam fortes tensões diplomáticas e memoriais, sobretudo junto ao público chinês e coreano

Figura 1: Personagem Shiga Maruta, fundador do Hospital Geral de Jakku¹⁷



Fonte: HORIKOSHI, Kôhei. My Hero Academia. Tóquio: Shueisha, 2014. Captura de página.

Um caso recente pode ser observado no mangá *My Hero Academia*, de Kôhei Horikoshi, no qual um personagem médico recebe o nome de Shiga Maruta, no qual a denominação remete diretamente ao termo *maruta* (丸太, “tora”), utilizado pelos militares japoneses para designar de forma desumanizante os prisioneiros submetidos aos experimentos da Unidade 731 durante a Segunda Guerra Mundial. Como ilustrado na Figura 1, o personagem é apresentado como fundador e diretor de um hospital, reforçando a associação com a figura do médico

17. Fonte: HORIKOSHI, Kôhei. My Hero Academia. Tóquio: Shueisha, 2014. Captura de página.

experimentador. A nomenclatura gerou forte reação de leitores chineses e coreanos, levando o autor a renomear o personagem em edições posteriores. O episódio evidencia como determinados termos carregam consigo camadas de memória traumática, capazes de emergir mesmo em contextos ficcionais e aparentemente desvinculados do evento histórico original.

Sob essa perspectiva, observa-se que a memória histórica permanece como um campo de disputa no Leste Asiático, no qual produções culturais contemporâneas podem reativar traumas coletivos associados à guerra e ao colonialismo japonês. A reação negativa ao uso do termo “*maruta*” evidencia que determinadas feridas históricas ainda não foram plenamente reconciliadas, especialmente diante das recorrentes acusações de revisionismo histórico e relativização dos crimes de guerra por setores nacionalistas.

Figura 2: Brinco do personagem Tanjiro Kamado com símbolo do Sol Nascente¹⁸



Fonte: GOTOUGE, Koyoharu. *Kimetsu no Yaiba* (Demon Slayer). Tóquio: Ufotable, 2019. Captura de cena.

No anime *Demon Slayer: Kimetsu no Yaiba*, de Koyoharu Gotouge, o personagem Tanjiro Kamado utiliza brincos de Hanafuda adornados com a imagem de um sol nascente, elemento que, na narrativa da obra, representa a chamada “Respiração do Sol”. Entretanto, a semelhança desse símbolo com a bandeira do Império japonês gerou desconforto em países como China e Coreia do Sul, onde as memórias das violências cometidas pelo imperialismo japonês durante a Segunda Guerra Mundial permanecem profundamente enraizadas no imaginário coletivo. Como ilustrado na Figura 2, essa representação visual transcende o campo ficcional e evidencia como determinadas mídias e representações ainda podem ter um significado voltado a memórias traumáticas para alguns países

Para Michel Pollak, em seus debates sobre a homogeneidade da memória, o mesmo destaca que existem memórias emergentes, e memórias subterrâneas, que podem ser interpretadas a luz de que a memória oficial japonesa sempre vai se sobressair sobre a memória chinesa e coreana,

18. Fonte: GOTOUGE, Koyoharu. *Kimetsu no Yaiba* (Demon Slayer). Tóquio: Ufotable, 2019. Captura de cena.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. (Pollak, 1989, p. 5).

Enquanto Maurice Halbwachs demonstra que a memória é construída coletivamente, Michael Pollak evidencia que esse processo também é marcado por mecanismos de silêncio, esquecimento e disputa. Dessa forma, o revisionismo histórico japonês pode ser interpretado como resultado de conflitos memoriais que buscaram privilegiar narrativas de vitimização nacional em detrimento das memórias das populações asiáticas vítimas do expansionismo imperial japonês. Não obstante, esse processo de apagamento memorial também pode estar relacionado ao desejo de muitas vítimas de silenciar experiências traumáticas vividas durante a guerra. Ainda assim, tais relatos continuam sendo transmitidos por meio da oralidade e das narrativas coletivas, reforçando a estreita relação entre memória, identidade e construção histórica.

Considerações finais

Em suma, a análise empreendida demonstra que a memória do Japão imperial, seus discursos e os revisionismos históricos, evidenciam que a memória não constitui um campo neutro, mas são espaços de disputas políticas, identitárias e sociais, utilizadas, em grande parte, para legitimar uma identidade social de uma nação ou povo, como no exemplo nipônico. Através do trabalho de Pollak (1992), nota-se que o enquadramento da memória no discurso japonês, o estado busca incessantemente priorizar a narrativa de nação desarmamentista e que busca a paz, se usufruindo da memória de Hiroshima e Nagasaki como parte da construção da narrativa, excluindo e negando a violência e marginalização praticadas contra outros povos asiáticos, ressaltando o Massacre de Nanquim, durante a Segunda Guerra e a Invasão à Manchúria, pré Segunda Guerra.

Conclui-se que o ideal do *Bushido*, contribuiu como alicerce ético da honra e lealdade do guerreiro, fundamentando uma barreira psicológica para afirmar os crimes de guerra, para o soldado imperial e para o próprio império, admitir tais atos é desonrar os próprios ideais, ou seja, significaria a autodestruição da identidade social japonesa. Por conseguinte, o silêncio, ou o indizer tornou-se a sobrevivência para evitar o estigma da desonra, seja no caso relatado de Ikuhiko Hata, tratando com revisionismo a invalidação da exploração sexual e deslegitimando os testemunhos, ou nas representações culturais do Japão, na qual há persistência nas contravérsias de nomes e símbolos do Império, objetos que mantêm viva a memória do imperialismo nipônico.

Referências

Livros

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX*. Tradução por Marcos Santarrita; Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INAZO, Nitobe. *Bushido, the Soul of Japan*. Aegitas, 2023.

MACEDO, Emiliano Unzer. *O Imperialismo Japonês na Ásia: da era Meiji à Segunda Guerra Mundial*. s.i., Mais Orientes, 2017.

Artigos de periódicos

MARCELLO NETO, Mario. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 87, p. 37-60, 2021.

MURAYAMA, Tomiichi. *Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama "On the occasion of the 50th anniversary of the war's end"*. Tóquio: Government of Japan, 15 ago. 1995. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>. Acesso em: 23 maio 2026.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

URAMOTO, Eric; MARIUTTI, Eduardo Barros. O imperialismo japonês nas primeiras décadas do século XX: suas especificidades políticas e econômicas. *Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP*, n. 26, 2018.

Monografia

REIS, Laís Campos. A hegemonia do "outro", ocidente e imperialismo: a mudança de identidade japonesa na Era Meiji (1868-1912). Monografia (Graduação em Relações Internacionais), UniCEUB, Brasília, 2015.

Cenas de quadrinhos e animes

GOTOUGE, Koyoharu. *Kimetsu no Yaiba (Demon Slayer)*. Tóquio: Ufotable, 2019. Captura de cena.

HORIKOSHI, Kōhei. *My Hero Academia*. Tóquio: Shueisha, 2014. Captura de página.